



LEI Nº 564/2013-GABINETE-PGMP

DECLARA OBRIGATÓRIA A CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DESTINADAS A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA (RAMPAS DE ACESSO) NAS CALÇADAS DESTINADAS A PEDESTRES E PRÉDIOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM E DA OUTRAS PROCIDÊNCIAS.

O senhor **Carlos Alexandre Ferreira Silva**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 20 de maio de 2013, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte,

L E I:

Art. 1º - Toda e qualquer calçada ou passeio público destinado a pedestres a ser construída no Município de Parintins deverá ser dotada de rampas destinadas à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

Parágrafo Único - As rampas de acesso deverão obedecer às normas técnicas vigentes que tratam do tema no que diz respeito à inclinação, distância entre rampas, identificação e outras;

Art. 2º - As calçadas existentes no Município que não possuem os acessos de que trata o Art. 1º deverão ser adequadas ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida dentro do prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

Art. 3º - Todo e qualquer prédio público a ser construído no Município de Parintins deverá ser dotado de rampas destinadas à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, incluindo o acesso aos andares superiores quando existem;

Parágrafo Único – As rampas deverão atender o Parágrafo Único do Art. 1º.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



~~Art. 4º Os prédios públicos existentes no Município que não possuem os acessos de que trata o Art. 3º deverão ser adequados ao uso de pessoas com deficiência ou modalidade reduzida dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias. (Vetado)~~

~~Art. 5º O não cumprimento dos Art. 1º e 2º desta Lei implicará em multa de 20 (vinte) UFM's no primeiro mês, dobrada a cada mês de não cumprimento dos artigos em tela. O valor da multa deverá ser recolhido para o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em preferência, ou ainda, para o Órgão que publicamente reconhecido, tem as obrigações de amparo às pessoas com deficiência. (Vetado)~~

~~Art. 6º O não cumprimento dos Art. 3º e 4º desta Lei implicará na interdição do prédio que presta o serviço público até que o mesmo atenda as suas exigências. Para o caso de ultrapassar 10 (dez) dias sem o atendimento ao público por incidência do presente artigo, deverá ser recolhida multa de 20 (vinte) UFM's para o Conselho Municipal da Habitação, que será dobrada a cada 10 (dez) dias que se pertença sem o devido atendimento. (Vetado)~~

~~Art. 7º O não cumprimento dos Art. 5º e 6º implicará em sanções previstas na legislação nacional vigente. (Vetado)~~

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Parintins, 15 de agosto de 2013.

CARLOS ALEXANDRE FERREIRA SILVA
Prefeito Municipal de Parintins